

**Entrevista com
PAULO SÉRGIO PINHEIRO**

Paulo Sérgio Pinheiro é uma referência capital em nosso país para quem estuda Direitos Humanos ou se interessa pelo tema. Formado em Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Pinheiro é dono de uma rica trajetória, que transita entre a academia, a militância e a atuação na Organização das Nações Unidas.

De um lado, é Professor Titular Aposentado de Ciência Política na USP, tendo desenvolvido pesquisas sobre o movimento operário e comunista no Brasil, fundado o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade e sido Professor Adjunto de Estudos Internacionais da Universidade de Brown, nos Estados Unidos. De outro, militou contra a Ditadura Militar brasileira (1964-1985), tendo fundado a Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos.

Além disso, ocupou cargos do maior gabarito na defesa dos Direitos Humanos: foi Secretário de Estado de Direitos Humanos no 2º mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso e foi um dos membros da Comissão Nacional da Verdade, órgão governamental instituído para apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988 no Brasil. Pinheiro também passou por diversos postos nas Nações Unidas e exerce desde 2011 o cargo de Presidente da Comissão Independente Internacional de Investigação para a República Árabe da Síria.

Em meio a uma atribulada rotina, que envolve deslocamentos entre São Paulo, Genebra (Sede do Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas) e diversos países, Paulo Sérgio Pinheiro gentilmente aceitou nos conceder uma entrevista por e-mail. Nela, aborda a importância da graduação e da participação no movimento estudantil em sua carreira, relata um pouco de sua experiência nas Nações Unidas, bem como expressa suas visões sobre a Questão Palestina e o a Guerra Civil síria. Como não podia deixar de ser, também indagamos Pinheiro acerca de questões da ordem do dia relacionadas aos Direitos Humanos no Brasil, como as atuais ameaças de enfraquecimento dos direitos trabalhistas, sociais e de minorias em âmbito federal.

Epígrafe_ O senhor se graduou em Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), no começo da década de 1960. A graduação é o período em que o estudante se insere num universo distinto de aprendizagem, tem contato com obras específicas referentes ao curso escolhido, principia ou desenvolve suas orientações políticas e define os rumos de sua carreira profissional. Qual foi o peso que esta fase teve em sua formação como docente, pesquisado e como ser humano? Já na fase da graduação, algo te motivou a seguir as áreas da Ciência Política e das Relações Internacionais? Alguma disciplina, professor ou o ambiente universitário?

Paulo Sérgio Pinheiro_ Minha graduação em Direito foi fundamental para as opções de pesquisa, trabalho e formação que tive de fazer depois do bacharelado. No curso, certamente alguns professores foram decisivos, especialmente Celestino Basílio¹, que dava o curso de Teoria Geral do Estado. Mas, os professores daquela época que mais me influenciaram nos últimos trinta anos foram de outros Departamentos ou disciplinas, como os sociólogos Candido Mendes de Almeida² e Padre Fernando Bastos de Ávila³, além do professor de Literatura Alceu Amoroso Lima⁴. Foram eles que me motivaram a escolher uma formação em Ciência Política.

Epígrafe_ O período da sua graduação, a década de 1960, foi marcado por uma grande efervescência intelectual e cultural, na qual o Brasil (especialmente a ideia de nacionalidade e as disparidades classistas, culturais e regionais do país) era posto em questão e se elaboravam projetos políticos nacionais, de um lado. De outro, vivia-se uma grande

¹ Celestino Sá Freire Basílio foi jurista e professor da PUC-RJ.

² Cândido Antônio José Francisco Mendes de Almeida (1928) é jurista e cientista social, com ampla carreira acadêmica (tendo sido professor visitante em diversas Universidades estadunidenses e fundado o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, o IUPERJ, voltado para as Ciências Sociais). Além disso, militou na defesa de presos políticos na Ditadura Militar (1964-1985) e foi deputado federal pelo PSDB por curtos períodos na década de 1990. Para conhecer mais sobre sua trajetória, acesse: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/candido_mendes.

³ Fernando Bastos de Ávila (1918-2010) foi um padre e teólogo brasileiro. Foi professor de Ciências Sociais na PUC-RJ e membro da Academia Brasileira de Letras.

⁴ Alceu Amoroso Lima (1893-1983) foi um crítico literário (ofício no qual se notabilizou com o pseudônimo *Tristão de Ataíde*), pensador, professor e escritor católico brasileiro. Apesar de ter sido simpático ao Integralismo na década de 1930, usou seu prestígio intelectual para exercer uma firme oposição à Ditadura Militar, especialmente à censura e ao desrespeito aos direitos civis que impunha. Para conhecer mais sobre sua trajetória, acesse: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/alceu_amoroso_lima.

Paulo Sérgio Pinheiro

turbulência política, marcada por reiteradas tentativas de golpe e pela falta de apoio parlamentar a João Goulart, até o golpe civil-militar de 1964 propriamente dito. Como todos esses fatores repercutiram no ambiente universitário (em termos de espaços de convivência e articulação política) e, principalmente, na sua formação? Além disso, e quanto a Maio de 1968, como te impactou? O senhor já estava estudando na França quando ocorreu, não?

Paulo Sérgio Pinheiro_ Mas, ao lado do curso de Direito e dos professores que tive, creio que foi essencial meu envolvimento no movimento estudantil e na organização de atividades extracurriculares como conferências, congressos etc. Era um momento muito animado, com grande participação política dos estudantes na transição para o Parlamentarismo (em 1961) e no período pré-Golpe de Estado em 1964. Fui para Paris em Setembro de 1967, e logo em Maio de 1968, com o protagonismo dos estudantes e, logo depois, das greves dos operários. Creio que para mim foi essencial ter vivido no bojo dessa Revolução nas ruas de Paris e em toda a França. Inclusive, fiz parte do Comitê Paritário de Estudantes de Pós-Graduação da Sciences Po, o Institut D'Études Politiques, de Paris.

De certa maneira, minha abertura para posições de esquerda, para a Reforma Social, iniciada com as Encíclicas Sociais do Papa João XXIII, e os movimentos sociais foi consolidada pelo pensamento de Maio de 1968. Uma inesperada confluência...

Epígrafe_ O senhor é um dos grandes estudiosos da violência e do autoritarismo – tendo fundado o NEV-USP, centro de pesquisa crucial para o tema, nos anos 1980 – e militantes pelos Direitos Humanos no Brasil. Diante disso, como o senhor vê as vastas manifestações nas mídias (incluindo as digitais) e no senso comum de intolerância, racismo e repúdio aos direitos humanos no país nos dias de hoje? O senhor crê que elas constituiriam uma continuidade, sob nova roupagem, do velho mandonismo, dos enraizados preconceitos e da ausência de cultura política democrática no país ou constituiriam formas novas do pensamento autoritário?

Paulo Sérgio Pinheiro_ Apesar do fim da Ditadura Militar em 1985, do retorno do governo civil e da instauração do governo constitucional em 1988, jamais se deve esquecer que subsiste no Brasil um autoritarismo socialmente implantado nas relações sociais. Essa

estrutura autoritária, racista, fundada na desigualdade de classe e raça – legado da Monarquia – esteve e está presente em toda a História da República.

Para facilitarmos o argumento, pode-se dizer que tal estrutura favoreceu a emergência da Ditadura Militar e o apoio a ela na sociedade. Porém, esse autoritarismo sobreviveu na transição para a Democracia e a consolidação desta hoje. Depois do Golpe de Estado representado pelo Impeachment, observamos claramente esse autoritarismo como base das políticas contra os direitos sociais e os Direitos Humanos em geral. Durante três governos – Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Dilma Rousseff (PT) – digo, sem querer sem pedante, que o centro hegemônico do Poder estava controlado por uma perspectiva progressista, apesar dos acordos (do chamado “Presidencialismo de Coalizão”, conceito que não me entusiasma, mas o uso na falta de outro) que tiveram que pactuar com partidos “gangsterizados” no Parlamento. Desse modo, políticas sociais e projetos progressistas puderam ser lançados.

Já no atual governo golpista, essa hegemonia progressista não existe mais. Trata-se de um governo dominado por partidos tradicional e extremamente fisiológicos. Deve ficar claro que o que vemos hoje não são novas formas de pensamento autoritário, porém simplesmente a sobrevivência de um enorme legado autoritário que ainda persiste.

Epígrafe_ No atual cenário brasileiro, são patentes no Legislativo Federal e na Presidência interina ações que põem em marcha um retrocesso contra direitos sociais (extinção ou diminuição de recursos para programas sociais, propostas de minimização de programas da saúde pública), trabalhistas (projeto para flexibilização legislativa de regimes de trabalho, favorecendo a terceirização), de minorias (não reconhecimento do nome social de indivíduos transgêneros) e Humanos (simbolizado pela emblemática perda de *status* ministerial da Secretaria de Direitos Humanos).

Diante dessa conjuntura desassossegadora para o campo político progressista, muitos articulistas têm cravado e temido uma iminente derrocada da consolidação de direitos ensejada pela Nova República brasileira, consagrada pela Constituição de 1988 e paulatinamente construída por ações de diferentes Presidências. O senhor acredita nessa

interpretação? Ou crê que a cultura de direitos, atualmente reivindicada e renovada pelos ascendentes movimentos negro, feminista e LGBT, subsistirá frente aos riscos de retrocesso conservador nos próximos anos?

Paulo Sérgio Pinheiro_ Não há a menor dúvida de que a política do atual governo saído do Golpe de Estado que o Impeachment representou visa pôr abaixo a constitucionalidade de 1988 e destruir as políticas sociais destinadas aos segmentos sociais historicamente “sem-direito” que foram construídas na grande continuidade Fernando Henrique, Lula e Dilma. Não creio que a cultura de Direitos gerada no Pós-1988 vá se esvaír ou desaparecer. Pelo contrário, a resistências às políticas anti-populares poderá aprofundar e consolidar essa cultura. Não é diferente do que ocorreu na Ditadura Militar, quando, de certa forma, a sociedade civil descobriu e se valeu da pauta dos Direitos Humanos e sua força na resistência ao arbítrio.

Epígrafe_ Como intelectual engajado, o senhor tem articulado com diversos colegas professores acadêmicos o coletivo “Em defesa dos direitos conquistados” para refletir sobre esse cenário de retrocesso, se opor firmemente a ele e pensar em saídas de como superá-lo. Quais propostas de superação as discussões o coletivo têm mapeado? No evento de lançamento do coletivo, no dia 2 de março deste ano, o cientista político e professor da USP, André Singer, sugeriu que para enfrentar as vigentes ameaças aos direitos, seria preciso uma forte aliança entre campos políticos progressistas, ainda que parte desses seja mais à esquerda e parte mais ao centro, o que sempre implica discordâncias político-teóricas e partidárias. O senhor concorda com essa tese

Paulo Sérgio Pinheiro_ Claro que concordo. Vindo especialmente da experiência de trabalhar quatro anos com o Governador André Franco Montoro⁵ e oito com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Para mim, os Direitos Humanos não têm partido nem opção

⁵ André Franco Montoro (1916-1999) foi um político e jurista brasileiro ligado ao pensamento católico progressista. Foi professor de Direito da PUC-SP e opositor à Ditadura Militar brasileira. Em sua trajetória política, também foi Ministro do Trabalho (1961-1962) no governo João Goulart, governador de São Paulo (1983-1987) pelo PMDB e deputado federal (1995-1999) pelo PSDB.

política. Essa tem sido a minha prática desde a resistência à Ditadura Militar até os dias de hoje, passando pelo retorno à Democracia.

Portanto, creio que o campo progressista precisa cada vez mais se alargar. A resistência não implica uma radicalização da estratégia, mas a abertura a todos que se oponham ao atual governo golpista, independentemente de sua opção político-partidária.

Epígrafe_ O senhor é especializado na área de Ciência Política, mas, seja em seus estudos sobre a violência, seja sobre a atuação do Partido Comunista Brasileiro nas décadas de 1920 e 1930, se valeu da área da História. Como o senhor enxerga a relação entre essas duas disciplinas? Como delimitar o que é um método, uma abordagem e um campo de estudo próprio de uma ou de outra? Na sua visão, como os historiadores podem beber na fonte da Ciência Política? E vice-versa?

Paulo Sérgio Pinheiro_ Lembro-me da seguinte frase: “I’m not a donkey and I don’t have a field” (“Eu não sou burro, eu não tenho um campo”). Essa foi a reação do grande sociólogo Max Weber quando um professor o criticou por escrever fora da sua disciplina. Claro que desde a morte dele em 1920, a divisão do trabalho acadêmico só fez aumentar. Nunca me preocupei muito com as fronteiras entre Sociologia, Direito, História e Ciência Política. Todas essas disciplinas se entrelaçam. As pesquisas que fiz e os trabalhos que publiquei revelam essa interdisciplinaridade.

Epígrafe_ Ainda no campo da História, o senhor integrou uma das mais relevantes iniciativas de Estado quanto às investigações dos crimes políticos da Ditadura Militar brasileira: a Comissão Nacional da Verdade, instituída em 2011 pela Presidência de Dilma Rousseff. Como foi participar dessa iniciativa e qual saldo o senhor faz da CNV, diante do processo de justiça de transição brasileiro? Como o senhor encara as críticas de que a CNV não pôde responsabilizar os agentes públicos envolvidos em graves violações de direitos humanos e de que não teve grande penetração na sociedade?

Paulo Sérgio Pinheiro_ Foi uma decisão da CNV de somente tratar dos crimes praticados pelos agentes do Estado. No entendimento da Comissão, os atos praticados por

membros grupos armados e na resistência já tinham sido detidos arbitrariamente, sequestrados, torturados, alvos de desaparecimento forçados, julgados pela justiça de exceção militar, condenados e cumpriram pena, assim como militantes na resistência à Ditadura que não aderiram à luta armada. Quando a Anistia de 1979 foi promulgada, havia militantes condenados cumprindo pena de dez anos. Essas críticas são infundadas, pois a CNV jamais foi um órgão de justiça para julgar e punir os criminosos agentes do Estado. Fizemos o que estava claro no nosso mandato de identificar e responsabilizar os que cometerem violações de direitos humanos e crimes contra a humanidade.

Como não teve grande penetração na sociedade? Durante os anos de existência da CNV em todo o Brasil houve mais de 100 comissões da verdade estaduais, municipais, universitárias, profissionais, além de comitês da verdade e justiça. A exposição na mídia e no debate público foi excepcional para um tema que jamais se tornara uma causa nacional. Basta examinar a cobertura que CNV fez do acompanhamento dos seus trabalhos na mídia escrita, impressa e eletrônica⁶. Agora, cabe ao Estado brasileiro implementar as recomendações da CNV, sendo que a primeira é justamente decretar a nulidade da Anistia de 1979, de modo que os criminosos agentes do estado identificados no relatório final da CNV possam ser processados e julgados.

Epígrafe_ Passemos agora a questões de relações internacionais. Como o senhor ingressou em diversos postos e comissões das Nações Unidas, chegando a assumir cargos da maior responsabilidade? Já era um antigo sonho seu, desde os tempos de faculdade?

Paulo Sérgio Pinheiro_ Não, nunca sonhei com o que faço agora. O bom numa carreira longa são as possibilidades inesperadas que se abrem. Durante minha formação universitária ou na prática acadêmica, jamais cogitei trabalhar nas Nações Unidas. Evidentemente, não fiquei esperando que caíssem do céu as oportunidades, creio que meu trabalho acadêmico de pesquisa na USP e na UNICAMP, bem como meu trabalho na *Folha de S. Paulo* e na Revista

⁶ Como exemplo da capilaridade da Comissão Nacional da Verdade, pode-se assistir a uma série de vídeos de audiências públicas, eventos e diligências vinculadas à CNV realizadas em diversas regiões do Brasil: <http://www.cnv.gov.br/audi%C3%A2ncias-p%C3%BAblicas.html>.

Isto É (na sua fase áurea das décadas 1970 e 1980, sob direção do jornalista Mino Carta) foram a base para essas oportunidades surgirem essas oportunidades ou no governo.

Foi algo que decorreu também da “conspiração positiva” de amigos meus que estavam trabalhando na carreira diplomática, como os embaixadores Gilberto Sabóia (aliás, meu contemporâneo na Faculdade de Direito da PUC-RJ) e Celso Amorim (amigo desde os tempos de Universidade no Rio de Janeiro, onde nasci e vivi até o1967), do ex-chanceler Antônio Patriota e do Marco Aurélio Garcia⁷ (meu colega em Paris). E, claro, também tive o apoio dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula à minha indicação para diversos postos na ONU e na OEA. Desse modo, me vi nomeado em 1995 como Relator Especial da ONU para o Burundi em 1995 e depois em 2001 para o Myanmar. Outros mandatos que tive na ONU e na OEA em 22 anos decorreram das minhas experiências nessas relatorias e também do meu trabalho de pesquisa em violência e na fundação e coordenação do NEV-USP.

Epígrafe_ O senhor preside a Comissão Independente Internacional de Investigação para a República Árabe da Síria na ONU, escrutinando os impactos causados na Guerra Civil do país, que dura já cinco anos. Como essa Comissão funciona e quais estão sendo as dificuldades enfrentadas até agora por ela? Como o senhor avalia as ações da comunidade internacional diante da perpetuação desse conflito, com consequências tão funestas como o aumento exponencial do número de refugiados, o recrudescimento do terrorismo e as mais variadas formas de violência a que a população que continua na Síria está submetida?

Paulo Sérgio Pinheiro_ A Comissão fundamentalmente é um mecanismo de *fact finding* estabelecida pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU em setembro de 2011 e tendo seu mandato renovado até março de 2017. Somos quatro comissionados (Vittit Muntarbhorn, Tailândia; Carla del Ponde, Suíça; Karen Abuzayd, EUA e eu) e um secretariado de cerca de 30 investigadores e analistas, sediado no Palais Wilson, em Genebra, sede do Alto Comissariado

⁷ Assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Dilma Rousseff (PT).

de Direitos Humanos da ONU. Já publicamos 12 relatórios e mais de uma dúzia de relatório preliminares e papers temáticos⁸.

A República Árabe da Síria se transformou num dos mais caóticos e letais teatros de guerra do mundo. A guerra continua num impasse e a violência estraçalha a coesão da sociedade síria. Muitos estados membros na região, depois da repressão brutal do governo que se abateu contra as primeiras mobilizações por direitos fundamentais, viram uma oportunidade de militarizar a revolta em termos da derrubada do governo, apoiando a transformação dos incipientes grupos de autodefesa em grupos não- estatais armados. Outros países fora da região também, com grande desconhecimento da situação interna da Síria foram tomados pela tentação de um *regime change* em que a cada semana era anunciada a derrubada do governo de Bashar al-Assad. Em contrapartida, outros Estados por vinculações históricas com a Síria ou movidos por solidariedade sectária aprofundaram seus apoios ao governo da Síria.

A única solução para o conflito é uma solução política, sendo necessário superar-se o fracasso diplomático e reconhecer que existe, agora mais do que nunca, um interesse global sobre a Síria de retornar para a paz. O plano do Enviado Especial do Secretário-Geral da ONU, Staffan de Mistura, que trata do *political track*, apoiado pelos países influentes no conflito, prepara o caminho para os compromissos necessários para que a paz possa ser atingida na Síria. É auspicioso constatar que, apesar das tensões com os EUA, provocadas pelo maior envolvimento da Rússia na guerra, que ambos os países tenham concordado em informar suas operações aéreas e a discutir mecanismos para *deconflict* a crise síria.

Epígrafe_ O senhor também tem acompanhado a fundo o conflito israelo-palestino nas últimas décadas. Quais são suas perspectivas para esse conflito nos próximos anos? Na sua opinião, qual seria o primeiro passo para a resolução do impasse? A maior pressão da comunidade internacional (apesar da tradicional relutância da política externa estadunidense) em Israel? A saída da direita israelense (Likud) do poder?

⁸ É possível acessar a parte da documentação produzida pela Comissão neste link: <http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/IICISyria/Pages/IndependentInternationalCommission.aspx>.

Paulo Sérgio Pinheiro_ Não tenho nenhuma *expertise* acadêmica sobre a ocupação ilegal dos territórios palestinos por parte de Israel por mais de meio século. Tento acompanhar este fenômeno apenas como uma das causas fundamentais para a defesa dos Direitos Humanos no Mundo. Trata-se de uma ocupação colonialista, autoritária e racista de Israel – levada a cabo pelo governo de Direita e Extrema-Direita do país – dos territórios palestinos, em desrespeito flagrante a toda a normativa internacional. Não haverá solução enquanto os Estados Unidos continuarem a apoiar o Estado de Israel e os países europeus não implementarem políticas efetivas que consigam fazer parar a política de expansionismo colonial israelense sobre o território palestino.

Não concordo com a noção de conflito israelo-palestino, que dá equivocadamente a impressão de dois contendores em posições equilibradas. Na verdade, existe uma potência ocupante e uma população ocupada – oprimida há mais de um século – que tenta resistir às arbitrariedades que lhes são impostas. Essa visão é compartilhada hoje, inclusive, por diversos parentes de vítimas de atos de resistência praticados por palestinos e por numerosos chefes militares e de inteligência israelenses que condenam as atuais políticas belicistas e discriminatórias da atual administração israelense.

Epígrafe_ Caro Paulo Sérgio Pinheiro, agradecemos a oportunidade de entrevistá-lo. Para encerrar: das obras (sejam de História, de Ciências Sociais, de Filosofia Política ou mesmo de Literatura) que foram mais marcantes em sua formação, quais em especial o senhor recomendaria a um graduando em História, nosso principal público leitor? E por quê?

Paulo Sérgio Pinheiro_ As obras que mais me influenciaram no meu percurso desde 1967 e que recomendo para os jovens pesquisadores em Ciência Política, História e Sociologia foram, (por tema):

Sobre minha formação e militância em Direitos Humanos, as Encíclicas Sociais, do Papa João XXIII e *Pelo Humanismo Ameaçado*, de Alceu Amoroso Lima.

Sobre autoritarismo, elitismo, racismo, desigualdade e conciliação no Brasil, *A Revolução Brasileira*; de Caio Prado Júnior; *Brazil under Vargas*, de Karl Lowenstein; *Os Donos do Poder*, de

Raymundo Faoro; *Conciliação e Reforma no Brasil*, de José Honório Rodrigues; e *A conciliação e outras estratégias*, de Michel Debrun.

Sobre História Social, *Sindicato e Estado*, de Azis Simão; *A Formação da Classe Operária Inglesa*, de Edward Palmer Thompson; Toda a obra de Eric Hobsbawm; *O Problema do Sindicato Único no Brasil*, de Evaristo de Moraes Filho; e todos os artigos de Michael M. Hall.

Sobre violência, *As Origens sociais da ditadura e da democracia*, de Barrington Moore Jr.; *Homens Livres na Sociedade escravocrata*, de Maria Sylvia de Carvalho Franco; e *A Sociedade de corte*, de Norbert Elias.